



37ª Memória de Reunião

35ª Reunião Ordinária

23 e 24 de agosto, Teixeira de Freitas, Jacarandá Palace Hotel

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Miriam Prochnow	2- Diálogo Florestal
4- Almir Requião	3- Instituto Manguezal Meu Quintal
5- Edileuza dos Santos Silva	
6- Celene Brito	
7- Jarbas A. Brito	4- Educação e Gestão Ambiental / GRIN 9
8- Lausanne Soraya de Almeida	5- Fíbria
9- Juliano Dias	
10- Eloi Catani Jr.	
11- Maria Rangel	
12- Géssica Aguiar	
13- Ana Paulo Pulito Silva	
14- Roberto Mediato	

15- José Franciso A. Júnior	6- Grupo Ambiental Natureza Bela
16- Geiza Bonfim Berti	
17- Ernandes Ferreira da Silva	7- Faculdade Pitágoras
18- Jeferson Morgado	8- Movimento de Defesa de Porto Seguro / MDPS
19- Renato Carneiro	9- Veracel
20- Lígia G. Mendes	
21- Jerônimo Christo	
22- Beto Mesquita	10- Instituto Bioatlântica - Ibio
23- Chris Holvorcem	
24- José Dilson da Silva	11- Cooperativa Reflorestadores da Mata Atlântica/COOPLANTAR
25- Rosa Penzza	12- Fundação Jupará
26- Adna Avancini	13- Suzano
27- Carlos Benicio da Silva	
28- Marcio Caliari	
29- Ismael Paranaguá	
30- Albertone S. Pereira	14- Cepemar
31- Larissa Sabadini Borconi	
32- João Augusto Sampaio	15- Cosmos Engenharia
33- Elvis Eliziária de Jesus	16- Associação dos Quilombolas de Helvécia - AQH
34- Romildo Afonso da Silva	17- Associação Comum. Beneficente de Nova Caraíva / ASCBENC
35- Waldir Paixão Graciano	18- Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa
36- Frederico Pereira Pinto	19- Parque Estadual de Itaúnas / IEMA
37- Jean-François Timmers	20- Secretaria Estadual de Meio Ambiente
38- Josivaldo Gregório Santana	21- Associação de Artesãos de Itaúnas
39- Cecília D. Marcondes	22- Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas / SAPI
40- Benedito Santos Quintanilha	23- Associação Quilombola Rio do Sul
41- Edileuza Maria de Jesus	24- Cooperativa de Artesanato Pataxó de Coroa Vermelha
42- Érica de Jesus Portugal	25- Uneb
43- Fernando Siqueira Camargo	26- FESG - GO

23/08, TERÇA-FEIRA

Manhã

Ocorreu reunião dos representantes ambientalistas e lideranças comunitárias com o objetivo de debater previamente a pauta.

Tarde

O secretário executivo iniciou os trabalhos, enumerando os assuntos que seriam objeto de discussão durante a reunião. Falou sobre o agendamento da visita à Veracel para conhecer o Programa de Resíduos Sólidos e o Programa de Educação Ambiental – PEAV.

Comentou a reunião dos Grupos de Trabalho – GTs; abordou a conclusão do processo de cadastramento de entidades e do mailing, com informações básicas de quem faz parte do Fórum Florestal e quem faz parte do grupo de discussão. Falou ainda sobre a importância de o Fórum Florestal estar debatendo o projeto de ampliação da base florestal e da base industrial da Veracel. Segundo o secretário executivo, abriu-se uma oportunidade diferente de discutir em cima do que vai começar a ser feito, diferente de discutir em cima do que já está feito e tentar melhorar.

Em seguida, expôs como se daria a apresentação da ampliação da Veracel, dividida em 4 momentos. No primeiro momento, a exposição do projeto e da empresa. No segundo momento, os técnicos da Cepemar Consultoria e da Cosmos Engenharia apresentariam os aspectos mais importantes do EIA/RIMA. Em seguida, a hora das dúvidas e questionamentos em relação a apresentação. E por último a discussão dos impactos positivos e negativos da ampliação da Veracel, elencados no encontro setorial das ONGs e associações.

Na sequência, o representante da Veracel iniciou a exposição do projeto de ampliação do empreendimento, ressaltando que a empresa trabalha há 4 anos no processo de licenciamento, desde o pedido da base de expansão, em dezembro de 2007.

Abordou as 4 audiências públicas realizadas no início do mês de agosto, que reuniram mais de 3000 pessoas, provando que o processo de comunicação foi eficaz. De acordo com ele, o acesso às pessoas foi assegurado e todos os movimentos da sociedade, favoráveis ou contrários, se manifestaram, se convertendo em um momento rico e de muita aprendizagem. Comentou ainda o posicionamento do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual que questionaram a competência do Inema para conceder o licenciamento, alegando ser de responsabilidade do Ibama. Afirmou que a Veracel fará a contestação nos fóruns adequados e aguardará o posicionamento da Justiça.

O representante da Veracel afirmou que os pontos levantados pelos membros do Fórum Florestal será levado para o corpo técnico da empresa para ser avaliado e contemplado nas discussões para fazer parte de condicionantes. Disse que a Veracel já tem por regra não plantar eucalipto a partir de 10 Km do litoral; não plantar em mais de 15% da base territorial dos municípios do litoral e 20% dos municípios do interior e nem plantar em terras que tiveram supressão da vegetação nativa a partir de 1994. Enumerou os programas desenvolvidos pela empresa, entre eles o Programa de Meio Ambiente, o Programa Produtor Florestal. O Programa de Educação Ambiental (PEAV) e as iniciativas de conservação dos remanescentes da Mata Atlântica voltados para as Gerações Futuras. Falou sobre a ampliação do Terminal Marítimo de Belmonte que será objeto de licenciamento específico pelo IBAMA e da captação de água no rio Jequitinhonha, da ordem de 1% da vazão do rio em época de seca e que 90% da água utilizada no processo industrial retorna ao rio, depois de passar pelo processo de tratamento e que para a expansão está previsto o consumo de apenas 2,5% da vazão mínima do rio durante a fase de estiagem. Argumentou que cada emprego direto gera cerca de 10 indiretos e que entre 2003 a 2010 foram arrecadados cerca de R\$ 750 milhões em impostos, tributos e encargos federais, estaduais e municipais.

Em seguida, foi a vez dos técnicos da Cepemar Consultoria e da Cosmos Engenharia apresentarem o EIA/RIMA. Argumentaram que o EIA/RIMA foi elaborado a partir de Termo de Referência emitido pelo

Inema e aprovado pelo Cepam. Primeiramente, foram expostos os motivos pelos quais se decidiu pelo local da expansão e porque foi escolhida a alternativa de se ampliar o plantio para mais 7 municípios, além dos 10 onde atualmente a empresa atua. Apresentaram os números de 8.000 empregos diretos durante a construção da fábrica e 2.880 após a ampliação e início das operações. Enumeraram os impactos positivos e negativos da ampliação da base florestal e da base industrial, e expuseram uma série de programas que serão implantados pela Veracel Celulose para compensação socioambiental ou redução desses impactos.

Durante as apresentações, membros do Fórum Florestal fizeram perguntas e comentários aos aspectos expostos. O representante da Cooplar questionou da empresa a atitude de fomentados que estariam plantando nas margens do rio Jambreiro e no corredor da estrada, e também o assoreamento dos rios decorrente da abertura de estradas para acesso aos talhões. O representante da Veracel argumentou não conhecer o caso em questão, mas que iria entrar em contato com o gerente de fomento para buscar informações. Afirmou ainda que a empresa investe cerca de R\$ 30 milhões/ano em medidas conservacionistas e que é gasto cerca de R\$ 6,00/m³ para conservação de estradas, comparando com os R\$ 12,00 gastos para formar florestas. Por sua vez, o representante da Cosmos Engenharia afirmou que cada projeto de fomento tem licença própria e que a empresa estabelece em contrato normas e procedimentos específicos para o fomentado.

Por sua vez, o representante do IBio questionou a base de cálculo da área agricultável e da área total utilizada pelos técnicos do EIA/RIMA; argüiu qual parâmetro utilizado para chegar à comparação das 3 áreas passíveis de ampliação da Veracel e quem atribuiu valores para a escolha das áreas. Comentou a necessidade da ampliação do fomento e sugeriu que a empresa, dentro do possível, não adquira áreas de pequenos produtores, priorizando a compra de novas propriedades para expansão de médios e grandes proprietários.

Os técnicos esclareceram que foram usados 4 critérios para definição do local para a ampliação do plantio de eucalipto: aspectos técnicos, ambientais, econômicos e sociais. E que na soma destes fatores a alternativa escolhida foi a que amplia o número de municípios onde ocorre o plantio de dez para 17 municípios, aumentando a distribuição dele nos municípios baianos. Os novos municípios seriam: Maiquinique, Encruzilhada, Santa Luzia, Potiraguá, Itapetinga, Macarani e Itarantim.

Outro aspecto bastante discutido durante a apresentação do EIA/RIMA da ampliação da Veracel foram os índices de impactos negativos em comparação com os impactos positivos. Dos 67 impactos listados pelas consultorias, 1/3 foi classificado como altamente impactante do ponto de vista negativo; 1/3 medianamente negativo e 1/3 altamente positivo ou positivo. Totalizando 2/3 de aspectos negativos e 1/3 aos aspectos benéficos do empreendimento.

De acordo com os técnicos, foi feito um exercício com os prognósticos dos impactos com aplicação das medidas mitigadoras, com vistas a reduzir os impactos negativos. Por outro lado, enfatizaram que o estudo sugere medidas maximizadoras com o objetivo de ampliar os impactos positivos. Ressaltaram

ainda que está nos planos da empresa avançar nos programas independentes a partir do que vier como condicionantes vinculados ao licenciamento.

Depois passou-se para a apresentação dos assuntos que mais preocupam as ONGs e associações e que foram discutidos no encontro setorial. Entre os aspectos negativos, listou-se a concentração fundiária; diversificação do uso do solo; mono-destinação dos plantios; qualificação profissional e geração de emprego e renda; relação com comunidades, distância dos plantios e isolamento das famílias; rede viária; homogeneização da paisagem; uso de agrotóxicos e desmatamento indireto. Os aspectos positivos destacados foram a manutenção das APPs e RLs; novas Unidades de Conservação – UCs; projetos sociais e educação ambiental e modernização da economia local.

O representante do Instituto Cidade lembrou à Veracel uma “proposta radical” de aumento do plantio somente nas terras próprias, não adquirindo mais terras para expansão da base florestal. Sugeriu também a ampliação do fomento e da utilização de modelos de desenvolvimento integrado de propriedades rurais de entidades, como o Ipê e Apremavi, na implantação de mosaicos de uso da terra. Propôs ainda a inversão da atual proposta da empresa, com plantio em apenas 20% de terras próprias e 80% em áreas de fomento.

O representante do MDPS sugeriu a criação de um instituto de formação profissional, como forma de compensação pelos impactos gerados na construção e operação da empresa.

Após as discussões, conclui-se que há tempo hábil para o Fórum Florestal se manifestar a respeito da ampliação da Veracel, visto que entre as licenças de localização, a aprovação final dos acionistas para a expansão do empreendimento e a emissão da licença de implantação, que permitirá a construção da nova unidade industrial e de ampliação da base florestal, deve haver um intervalo de cerca de 24 meses. E que a melhor maneira do colegiado se pronunciar seria através de um documento elaborado por uma comissão e enviado posteriormente para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Planejamento, Inema, Cepram e demais órgãos envolvidos no processo de licenciamento do empreendimento. Os pontos destacados no documento serão os assuntos prioritários elencados durante o encontro setorial. A comissão foi formada por Rosa Penza, Almir Requião, Beto Mesquita, Jeferson Morgado e Oscar Artaza.

Foi sugerido que o documento esteja pronto até o dia 24 de setembro, quando haverá reunião no CEPRAM, que seria uma boa oportunidade para entregá-lo aos representantes dos órgãos competentes.

Finalizando, o secretário executivo ponderou que a concentração de terras é um espinho na garganta da empresa e que a compra de fazendas pela Veracel pode estar trazendo um efeito indireto negativo no desmatamento, uma vez que proprietários que vendem suas fazendas para à empresa, podem estar comprando terras em outros locais e procedendo a promover desmatamentos a fim de continuar na atividade, principalmente a pecuária extensiva. Aspecto que também foi abordado pelo representante do Instituto Cidade.

24/08, QUARTA-FEIRA

Manhã

Na manhã do dia 24/08, o secretário deu início aos trabalhos convidando os membros do Fórum Florestal a decidirem a melhor data para visita a fábrica da Veracel, para conhecer o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos e também o Programa de Educação Ambiental – PEAV, desenvolvido na Estação Veracel.

Encaminhamento: a visita ficou agendada para ocorrer no dia 26 de outubro após o término da reunião do Fórum.

Em seguida, o representante da Fíbria procedeu à exposição do projeto piloto de silvicultura de nativas, elaborado em parceria com LERF/ESALq/USP e inserida na iniciativa do Pacto pela restauração da Mata Atlântica. Argumentou que o objetivo é criar um modelo de restauração ao mesmo tempo em que seria uma alternativa de geração de emprego e renda. De acordo com ele, dois módulos estão em desenvolvimento: um em Aracruz/ES e outro numa área da Suzano. Explicou que foi feito um levantamento da cadeia produtiva para ver o que seria mais rentável, em razão do valor de mercado. Detalhou o sistema de plantio e o ciclo de corte das madeiras. Afirmou que a prática é viável.

O secretário executivo mencionou que a produtividade do eucalipto se deve ao melhoramento genético em função do interesse comercial. Citou também que não há dedicação da área acadêmica em pesquisar as espécies nativas de forma a domesticá-las, preferindo-se as espécies de fora do que estudar o que é da terra. Alegou que a grande vantagem do projeto é conhecer plantas que se desenvolvem mais para escolha das espécies de nativas com maior potencial comercial.

Argumentou-se ainda que o projeto precisa se mostrar uma alternativa viável para pequenos e médios produtores de forma a introduzir mudanças na mentalidade extrativista que ainda impera na região.

O representante da Fíbria alegou que o projeto de silvicultura de nativas começa a gerar renda no 7º ano após o plantio com o primeiro corte e depois de 7 em 7 anos haveria o corte de espécies.

O representante do Instituto Cidade demonstrou preocupação em relação à geração de renda para o pequeno produtor, pois na sua opinião da implantação ao primeiro corte demora muito tempo e que funcionaria mais como uma poupança para as gerações futuras. Sugeriu que paralelamente se invista em pesquisa técnica e econômica e também se pense num modelo de subsídio para transformação da cultura. Ressaltou que não estava sugerindo para as empresas financiarem, mas sim um pensar sobre esse aspecto, que leve em conta quanto custa abandonar gado ou outra cultura e se dedicar ao plantio de nativas. Lembrou que a ótica do produtor de gado é ter dinheiro sempre e com regularidade, pois vende um boi e põe o dinheiro no bolso. Falou também de se adotar um sistema de incentivo ao produtor que se interessar pelo plantio de nativas, baseado no programa de fomento das empresas que adiantam dinheiro para o produtor. Recomendou ainda a elaboração de um estudo complementar que analise a viabilidade de troca de atividade.

Por sua vez, o representante do MDPS sugeriu que paralelamente ao estudo da viabilidade econômica se faça um estudo de quanto o projeto de silvicultura de nativas agregaria de fauna a região onde for implantado.

O representante do IBio demonstrou sua satisfação em ver que o projeto está saindo do papel, visto que o assunto arvoredo está sendo discutido há mais de 3 anos no Fórum Florestal e afirmou que ações como esta não deveriam demorar tanto tempo para sair do papel. Lembrando de como se pensa o papel das empresas de celulose no processo de cadeia produtiva florestal, sugeriu que elas virem produtoras de madeiras para outros usos e que aproveitem a tecnologia e a capacidade de terras para experimentar, servindo para além da celulose, não como negócio. Deu certo, transforma em negócio.

Sugeriu também incluir no monitoramento dados como recuperação da função ecológica da área; restauração florestal e função ecológica; plantio comercial consorciado com espécies nativas/exóticas; combinação de produção madeireira, mas também produz função ecológica constante. Citou que a premissa era desenvolver o projeto em reserva legal e também como convencer o produtor de que é possível recuperar com algum retorno econômico. Recomendou ainda que se teste na Bahia uma variação diferente de espaçamento.

O representante da Fíbria alegou que o grande objetivo do experimento é romper a mentalidade de cada um fazer sua pesquisa no seu quintal. Ressaltou que no Brasil existem pesquisas fantásticas que não são difundidas. Sugeriu que o Fórum Florestal faça um Dia de Campo de forma a melhor compreender as dificuldades na implantação do experimento, que, segundo ele, parece simples, mas as empresas não detêm conhecimento, a expertise, e não são a única solução para a questão.

O representante da Veracel perguntou se os técnicos da Fíbria e Suzano tiveram dificuldades em obter mudas para o experimento. Respondendo a indagação, o representante da Fíbria afirmou que sim e que o modelo inicial foi pensado com outras espécies. Mas devido à dificuldade em conseguir as mudas na região, eles trilharam o caminho inverso e viram o que era possível conseguir e adaptaram ao projeto.

Em seguida, o secretário executivo falou sobre a proposta de Workshop sobre Uso Múltiplo da Madeira de eucalipto. Lembrou que inicialmente estava previsto para ocorrer na primeira semana de agosto, mas, dois fatos relevantes levaram a repensar na data. A primeira delas é o processo de licenciamento e audiências públicas da Veracel, que coincidiam com a data proposta e segundo é o evento anual da Fenagro que ocorre em Salvador na última semana de novembro e primeira de dezembro. Esta seria uma excelente oportunidade para organizar o workshop durante a feira. Falou que o evento, sendo em Salvador, facilita o envolvimento de diversas secretarias estaduais. Passou à plenária a decisão de participar ou não da Fenagro, o que foi prontamente acatado.

O representante da Veracel enfatizou a importância de montar uma agenda de trabalho, que leve em conta o que Fórum Florestal e ABAF vão propor para a Fenagro.

Na sequência, o representante da Suzano apresentou o andamento da proposta para realização de estudo sobre “critérios para redistribuição do ISS”. Utilizando gráficos e mapas e tendo como referência o

município de Nova Viçosa, expôs o valor que é recolhido pela empresa e ressaltou que a sede do município recebe quase a totalidade de investimentos provenientes da arrecadação do ISS.

O secretário executivo afirmou que é necessário que a comunidade se apodere destas informações para ter condições de pressionar o poder público, visto que está sempre reivindicando contrapartidas das empresas e não sabe quanto é gerado de imposto ao seu redor.

O representante do Naturezabela disse ter dúvidas quanto à afirmação do técnico da Suzano do valor que a comunidade deixa de arrecadar e do valor de R\$ 50 mil que poderia ser revertido para Posto da Mata, que foi um dos exemplos mencionados na explanação. Questionou os benefícios que poderiam ser feitos nos distritos e povoados em detrimento dos investimentos na sede.

O representante do Instituto Cidade enfatizou que é o município que decide onde vão ser investidos os valores dos impostos arrecadados e que esta destinação obedece a lógica política, a exemplo do “se não votaram na gente, não colocamos nada”. Como encaminhamento, sugeriu a mudança da lógica do buffer, pois adotado como proporcional à população das cidades ou distritos, na sua visão, passa a ser injusta e é politicamente difícil a negociação.

O representante da Fibria destacou a importância da participação da comunidade na discussão do orçamento municipal, exercendo sua cidadania. Falou da disparidade de um município de 15 mil habitantes ter um orçamento de R\$ 15 milhões. Lembrou que munícipes têm direito de escolha e de exercer pressão para fazer orçamento participativo.

O secretário executivo afirmou que, a partir da constatação de que o montante de recursos gerados pela atividade florestal não estão beneficiando todos de forma concreta, é necessário discutir formas de empoderar a comunidade através da informação e da divulgação destes dados. Falou ainda que o estudo realizado pela Suzano é uma primeira aproximação e que devem ser incorporados outros critérios para ficar mais ajustado (adequado). Segundo ele, é importante que cada comunidade saiba o que está sendo gerado de ISS no seu entorno e que este é o principal objetivo do estudo.

O representante da Veracel corroborou o argumento de que é importante apoiar os segmentos organizados da comunidade a pressionar as municipalidades a implantar orçamento participativo e que este é um ótimo exercício para estabelecer discussão de cidadania. Porém, afirmou que é preciso cuidado para não transformar em objeto de barganha, do tipo “meu município produz isso e eu quero isso”.

Por sua vez, o representante do Naturezabela fez um encaminhamento para que as empresas patrocinem cursos de orçamento participativo e lembrou que em muitos municípios os prefeitos pedem antecipação do ISS para pagamento da folha em atraso dos servidores ou para pagamento dos fornecedores. Disse ainda que o Fórum Florestal não deve se envolver no problema, mas buscar solução.

O representante do IBio afirmou que o foco principal é a disseminação da informação para comunidade saber conduzir suas demandas. Afirmou que o assunto extrapola demais o alvo do FF que são as atividades florestais e que existe por trás um verniz de uso político no qual o FF não deve se envolver. Quanto ao que fazer com as informações sobre os valores de ISS recolhidos pelas empresas, sugeriu que o

estudo seja reproduzido para associações e entidades, que, por sua vez, vão repassar para suas redes de contato. Recomendou ainda que seja feito um documento em linguagem simples e com ilustrações para ser repassado para comunidades. Afirmou que ao FF cabe apenas socializar a informação.

Como encaminhamento, a representante da Fíbria lembrou que o buffer é baseado em estimativas e apontou disponibilizar o ISS dos municípios com área florestal e fazer o refinamento, no máximo, por distrito.

Dando continuidade a pauta, o tópico seguinte foi o informe sobre o Pacto para Desenvolvimento da Costa do Descobrimento assinado entre Veracel e Governo do Estado envolvendo recursos do ICMS vinculados aos créditos de exportação definidos pela Lei Kandir. O representante da Veracel relatou que o referido pacto é inédito e que tem como objetivo evitar o acúmulo de créditos a partir de sua celebração. Recentemente o governador Jaques Wagner declarou que o Estado da Bahia tem mais de 1 bilhão de reais em créditos acumulados e que a VCC tem valores da ordem de R\$ 100 milhões. Do total de créditos liberados anualmente a empresa disponibilizará 25% para a criação de um fundo de investimento e desenvolvimento do território da sua base de atuação. Desta forma o pacto deverá gerar cerca de R\$ 9 milhões, até 2015, sendo que este montante de recursos deverá ser investido na região. O programa prevê a criação de um comitê gestor formado por representantes de diversas secretarias do Governo do estado e da Veracel para definir a aplicação dos recursos.

Afirmou ainda que os recursos não vão ser pulverizados e devem ser utilizados para desenvolver projetos de interesse da região, como por exemplo o programa de inclusão profissional gestado pela Secretária Eva Chiavon, da Casa Civil. Os recursos poderiam ser usados para a criação de estruturas para a formação e capacitação da mão de obra regional, não apenas para atender a atividade florestal, mas aos outros setores da economia local. Respondendo questionamento da plenária informou também que os recursos não vão para os cofres da Veracel e que um dos critérios para o município receber investimentos do programa pode ser a presença de base florestal.

Respondendo pergunta do representante do Naturezabela, informou que os recursos não deverão ser utilizados em projetos pontuais de infraestrutura local, como pavimentação de ruas, construção de praças, etc, e sim em programas socioambientais estruturantes para desenvolvimento do território. O representante do Naturezabela sugeriu ainda que sejam aceitos, através de edital, propostas de financiamento de projetos de entidades socioambientais da região.

O próximo ponto de pauta foi a apresentação do Programa de Educação Ambiental da Veracel, a cargo da representante da empresa que coordena o programa. Ela fez um breve histórico do programa, relatando que foi iniciado em 2006, numa parceria entre Veracel e IBio, e que depois a Conservação Internacional fez uma revisão do plano de manejo e elaborou um planejamento participativo. Citou que em 2009 foi realizado um “repensar” do programa e que o pólo passou a ser a Estação Veracel, importante ferramenta de educação ambiental. Informou que atualmente a consultoria Árvore da Vida tem apoiado metodologicamente o Programa de Educação Ambiental da Veracel – PEAV e que em 2010 foi publicado edital para desenvolvimento do projeto pedagógico de educação ambiental, que contemplou o Movimento de Defesa de Porto Seguro.

Ressaltou que o Programa de Educação Ambiental da Veracel (PEAV) é destinado a atender as comunidades da área de influência da empresa, capacitando professores da rede pública e particular para trabalhar a Educação Ambiental de forma transversal nas escolas. Em 2011, Ano Internacional das Florestas, está se trabalhando o tema e foi montada na Estação Veracel a exposição “Se eu fosse uma floresta”, que já foi visitada por 2.200 pessoas até agosto.

De acordo com a representante da Veracel, O PEAV contempla atualmente os municípios de Belmonte e de Santa Cruz Cabralia e em 2010 beneficiou 13.559 alunos, em 2 municípios, 10 distritos, envolvendo 416 professores de 46 escolas contempladas e 20 instituições da sociedade envolvidas. Questionada sobre a inclusão de Porto Seguro no programa, afirmou que a partir da experiência nos municípios de Belmonte e Cabralia a equipe está ganhando mais maturidade para chegar em Porto Seguro.

O representante do Naturezabela parabenizou o projeto e ressaltou que o número da equipe, 6 pessoas, é pouco para dar conta do território. E fez uma crítica no sentido de que apesar de não ser possível abranger todo o território, o PEAV não pode ficar só no foco Cabralia/Belmonte. Ressaltou que é preciso analisar como difundir o projeto, seja através de novos parceiros, para que envolva outros municípios mais rapidamente. Lembrou de reunião realizado em 2008, no Centro de Cultura de Porto Seguro, quando se repensou o programa de educação ambiental da Veracel e afirmou que se gastou muita energia com a ação, pois cerca de 80% do repensar não foi colocado em andamento.

Ao final da apresentação, foi sugerido que as empresas Fíbria e Suzano também façam a exposição de seus respectivos programas de educação ambiental e que o Fórum Florestal enfoque mais as questões relacionadas ao meio ambiente. Também foi indicado que a Veracel disponibilize o estudo elaborado no início do programa de educação ambiental

Em seguida, o secretário executivo comunicou que a coordenadora do grupo de trabalho de planejamento de paisagem está com impedimentos de ordem pessoal para continuar a frente do GT e que está disponível para quem quiser assumir a função. Aproveitou para lembrar que o calendário de reuniões presenciais e via Skype constam da memória de março de 2011.

Dando continuidade a pauta, foi a vez da apresentação das propostas dos grupos de trabalho – GT. O secretário executivo enumerou os pontos que foram concluídos, como o recuo das infraestruturas, e lembrou os que ainda estão pendentes por parte das empresas. Lembrou que o prazo para conclusão é no mês de setembro e que na próxima reunião via Skype (16/09) sejam disponibilizadas as informações para fechar este item.

Sobre o levantamento das áreas em que ocorrem plantio no litoral avisou que o monitoramento será feito por barco, como foi decidido na reunião de junho, e que foi feito contato com a ONG Coral Vivo, para utilização do barco deles. Informou que o Coral Vivo aceitou ceder o barco tendo como contrapartida o combustível e que é preciso agendar a data para a realização do levantamento.

Durante o debate, ventilou-se o limite de plantios nos municípios. O representante da Veracel assegurou que na expansão do empreendimento esta previsto plantio zero em Eunápolis e Santa Cruz Cabrália, incluindo fomento.

O representante da Fibria argumentou que desde 1º/01/2011 a empresa cumpre todos os acordos vigentes, inclusive o acordo do fomento, após sua revisão onde foram esclarecidas as dúvidas pendentes e validadas em plenária da Reunião de Agosto/2010.

Por sua vez, o representante do Naturezabela arguiu o fato da Veracel fazer contrato de fomento com planta de toda a fazenda e porquê a Fibria e Suzano não tinham a mesma postura. Criticou o fato da empresa ter até o final de 2010 para formalizar para que proprietários estejam no arcabouço legal. E enfatizou que os acordos feitos devem ser cumpridos”. O representante da Fibria esclareceu que a partir de 1º/Janeiro/2011 a empresa realiza o mapeamento de toda a propriedade (matrícula), conforme revisão do acordo do fomento.

O representante do Rio Sul abordou reivindicações de sua comunidade.

O representante da Fíbria argumentou que o comodato está sendo avaliado e a destinação seria agricultura familiar ou campo de futebol. Falou sobre Helvécia, lembrando que a área de recuo acordada com comunidade foi limpa pela Aracruz e pela Fibria e depois foi suja novamente. Destacou que a atitude de implantar pacotes prontos que deram certo em outras comunidades não é mais praticada e que na primeira reunião em Helvécia apenas 4 pessoas participaram. Comentou o programa que será desenvolvido em parceria com a Escola Cidades, de São Paulo, com participação de 8-10 arquitetos, cujo início será em setembro. E se disponibilizou a apresentar o projeto no Fórum Florestal.

Outro representante da Suzano considerou importantes as intervenções feitas pelo representante do Naturezabela. Ressaltou que a anistia foi alvo de 3 reuniões sucessivas e que foi discutido de forma minuciosa item por item das diretrizes do acordo de fomento. Afirmou que o acordo foi construído e não imposto, que a plenária decidiu por unanimidade e que ninguém foi privado de opinião. Argumentou a necessidade de valorização do espaço do Fórum Florestal. Abordou o retorno da Diretriz 9, ocorrido na última reunião do Fórum, cuja iniciativa ficou de responsabilidade do representante do Naturezabela. E observou que a diretriz não deveria ser retirada e que é preciso desenvolver plano de capacitação e formação dos técnicos das secretarias de Meio Ambiente.

Finalizando a pauta, o secretário executivo apresentou os resultados do processo de cadastramento institucional e do cadastro do mailing, que possibilitam saber com exatidão quem faz parte do grupo de discussão e quem é membro do Fórum Florestal. Ressaltou que o fechamento do processo não significa congelamento de participação no FF, que está sempre aberto para novos membros e participantes do mailing.

Sendo o que ocorreu, esta memória de reunião foi lavrada pela secretaria executiva.

28 de setembro de 2011